Presidência

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 110, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

Altera a Portaria Presidência nº 5/2016, que cria o Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o contido no processo SEI/CNJ nº 12959/2018,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Portaria Presidência nº 5/2016 passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 2º

.....

IV – Jônatas dos Santos Andrade, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ; (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **Luís Roberto Barroso**

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 120, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

Altera a Portaria Presidência nº 337/2024, que institui Grupo de Trabalho destinado à realização de estudos e apresentação de proposta de política de conservação, organização e difusão do acervo documental do Poder Judiciário, com foco nos processos judiciais relacionados à escravidão, à resistência e à luta pela liberdade de africanos e seus descendentes, doravante denominado “GT Memória da Escravidão e da Liberdade”.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o contido no processo SEI/CNJ nº 12028/2024,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Portaria Presidência nº 337/2024 passa a vigorar acrescido dos incisos XXI e XXII:

Art. 2º

.....

XXI – Péricles Aurélio Lima de Queiroz, Ministro do Superior Tribunal Militar;

XXII – Maria Juvani Lima Borges, Diretora de Documentação e Gestão da Memória do Superior Tribunal Militar.
(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Luís Roberto Barroso

Secretaria Geral**Secretaria Processual****PJE****INTIMAÇÃO**

N. 0002675-86.2025.2.00.0000 - RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - A: RONEY COSTA DE SALES. Adv(s): BA63273 - HEVERTON RIBEIRO DOS SANTOS. R: CORREGEDORIA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO - TRF 1. Adv(s): Nao Consta Advogado. Autos: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - 0002675-86.2025.2.00.0000 Requerente: RONEY COSTA DE SALES Requerido: CORREGEDORIA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO - TRF 1 EMENTA RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. COISA JULGADA ADMINISTRATIVA. COMPETÊNCIA DISCIPLINAR E CORREICIONAL CONCORRENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS PARA INTERVENÇÃO DESTA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. PEDIDO ARQUIVADO. DECISÃO Trata-se de reclamação administrativa formulada por RONEY COSTA DE SALES contra a CORREGEDORIA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no qual se pleiteia a anulação da "decisão da Corregedoria Regional que arquivou o Pedido de Providências n.º 0000159-54.2025.2.00.0401". Argumenta-se: É absolutamente desproporcional admitir-se como "razoável" uma espera de até 100 dias para a simples expedição de uma requisição de pagamento após o trânsito em julgado, sem qualquer pendência ou complexidade processual envolvida. A ausência de resposta jurisdicional tempestiva viola frontalmente os princípios da eficiência, da dignidade da pessoa humana e da moralidade administrativa. É o relatório. Passo a decidir. A atual ordem constitucional estabelece a competência disciplinar e correicional concorrente dos Tribunais locais e deste Conselho Nacional de Justiça, o qual não se desenha, ordinariamente, como instância recursal dos processos administrativos e disciplinares. Ausente demonstração da incompatibilidade de a Corregedoria local investigar e decidir sobre os fatos narrados, não cabe a intervenção desta Corregedoria Nacional de Justiça. Cito: RECURSO ADMINISTRATIVO. RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. ARQUIVAMENTO. FATOS APURADOS ANTERIORMENTE PELA CORREGEDORIA LOCAL E PELO PRÓPRIO CNJ. DUPLICIDADE APURATÓRIA. 1. Reclamação disciplinar distribuída ao Gabinete da Corregedoria em 23/09/2014. 2. Não cabe a este Conselho Nacional de Justiça, em sede de reclamação disciplinar, proceder a uma nova apuração dos mesmos fatos, não sendo admissível a duplicidade apuratória. 3. "Estando os fatos narrados em apuração perante a Corregedoria Local, bem como não restando demonstrada a inoperância ou qualquer incompatibilidade da Corregedoria Local para investigação dos fatos, não cabe ao Conselho Nacional de Justiça proceder a concomitante apuração, tendo em vista que a duplicidade apuratória implicaria em uma espécie de "litispendência administrativa" (CNJ - RA - Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0002592-66.2008.2.00.0000 - Relator: GILSON DIPP - 82ª Sessão Ordinária - julgado em 14/4/2009). 4. Recurso administrativo desprovido. (CNJ - RA - Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0005641- 08.2014.2.00.0000 - Relatora: NANCY ANDRIGHI - 26ª Sessão Extraordinária - julgado em 19/5/2015). EXTRAJUDICIAL. RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. APURAÇÃO REALIZADA EM ÂMBITO LOCAL. CONCLUSÕES NÃO CARACTERIZADAS POR MANIFESTA ILEGALIDADE OU POR TERATOLOGIA EVIDENTE. PRETENSÃO DE USO DO CNJ COMO INSTÂNCIA RECURSAL. EXISTÊNCIA DE PROCESSOS JUDICIAIS CORRELATOS AOS FATOS DECLINADOS NESTE PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Há de ser preservada a interpretação ofertada pelos Tribunais de Justiça aos elementos probatórios carreados aos autos de processo administrativo estadual, em contexto no qual inexistente manifesta ilegalidade ou evidente teratologia. 2. Ordinariamente, o CNJ não deve ser utilizado como instância recursal para decisões proferidas pelos Tribunais de Justiça, no exercício de atividades de fiscalização e controle da atividade notarial e de registro. 3. Os fatos, elementos probatórios e as teses suscitadas neste procedimento guardam relação de similaridade com aqueles levados aos autos dos processos judiciais 0647673- 22.2018.8.04.0001, 0620378-44.2017.8.04.0001 e 4004915-12.2018.8.04.0000, circunstância impeditiva de exame ou reexame em seara administrativa. 4. Recurso conhecido e não provido. (CNJ - RA - Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0010924-70.2018.2.00.0000 - Rel. LUIS FELIPE SALOMÃO - 111ª Sessão Virtual - julgado em 9/9/2022 - DJe n. 228/2022, em 14/9/2022, p. 10-11). Ante o exposto, nos termos do art. 8º, I, do RICNJ, não conheço do pedido formulado. Publique-se. Intimem-se. Arquive-se. Brasília, data registrada no sistema. Ministro Mauro Campbell Marques Corregedor Nacional de Justiça A10/S14

N. 0005575-76.2024.2.00.0000 - CONSULTA - A: EDNA APARECIDA DE SOUZA PIANCA. Adv(s): SP381426 - SHEILAINE RODRIGUES MACHADO, SP133551 - LUCIANA CHADALAKIAN DE CARVALHO. R: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. Adv(s): Nao Consta Advogado. Conselho Nacional de Justiça Autos: CONSULTA - 0005575-76.2024.2.00.0000 Requerente: EDNA APARECIDA DE SOUZA PIANCA Requerido: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ CONSULTA. CESSÃO DE CRÉDITO DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DA MODIFICAÇÃO DA SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA. ARTIGO 42, §4º, I E II, DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 303/2019. ALTERAÇÃO NA REDAÇÃO DO DISPOSITIVO PROMOVIDA PELA RESOLUÇÃO CNJ Nº 482/2022. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA VIGENTE E DO ENTENDIMENTO DO STJ SOBRE O TEMA. CONSULTA RESPONDIDA. I. CASO EM EXAME 1.1. Consulta em que se examina a possibilidade da modificação da sujeição passiva tributária na hipótese de cessão de crédito de precatório. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2.1. Esclarecer se, na hipótese de cessão de crédito, o imposto de renda incidente sobre o valor do precatório deverá ser pago pelo cedente ou cessionário. III. RAZÕES DE DECIDIR 3.1. Há duas relações distintas na presente hipótese, uma obrigacional (cessão de crédito) e outra tributária, que não se confundem. 3.2. Antes da celebração do contrato, o cedente, beneficiário do precatório, já dispunha de crédito líquido, certo e exigível proveniente de decisão judicial transitada em julgado, momento que ocorre a hipótese de incidência, a qual caracteriza o fato gerador e origina a obrigação tributária. 3.3. Tem-se, portanto, que o fato gerador do imposto de renda ocorreu na ocasião em que o crédito se tornou disponível ao cedente, ainda que posteriormente tenha sido transferido a terceiros. 3.4. O artigo 123 do Código Tributário Nacional é expresso ao consignar que as convenções particulares não podem modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias. 3.5. A alteração promovida pela Resolução CNJ nº 482/2022 na redação do artigo 42, §4º, I e II, da Resolução CNJ nº 303/2019 alinha-se com a legislação tributária vigente. IV. DISPOSITIVO E TESE 4.1. Consulta respondida. 4.2. Tese de julgamento: "não é possível a modificação do sujeito passivo tributário na hipótese de cessão de crédito de precatório". Dispositivos relevantes citados: artigo 42, §4º, I e II, da Resolução CNJ nº 303/2019; artigo 123 do Código Tributário Nacional. ACÓRDÃO O Conselho, por unanimidade, respondeu a Consulta no sentido de que a cessão de crédito referente a precatório não afasta a responsabilidade tributária do cedente quanto à incidência do imposto de renda, visto que a transferência de crédito não equivale à transferência da responsabilidade tributária. A titularidade do precatório no momento da geração do crédito e a consequente tributação sobre os rendimentos auferidos continuam sendo atribuídas ao cedente, nos termos do voto do Relator. Presidiu o julgamento o Ministro Luís Roberto Barroso. Plenário Virtual, 30 de abril de 2025. Votaram os Excelentíssimos Conselheiros Luís